

Revista Saúde.Com

ISSN 1809-0761

www.uesb.br/revista/rsc/ojs

DETERMINANTES DA DESNUTRIÇÃO NAS CRIANÇAS INDÍGENAS**DETERMINANTS OF MALNUTRITION IN INDIGENOUS CHILDREN****Michelle Kristine Bispo dos Santos Lôbo¹, Roseline Assunção Souza dos Santos¹, Rosália Teixeira Luz¹.**Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB¹**Abstract**

This study aimed to describe, based on scientific literature, the main factors that contribute to malnutrition in indigenous children. This is a narrative literature review, carried out in the Google Scholar and Virtual Health Library databases. The following descriptors were applied as a search strategy: malnutrition; nutritional status; children; indigenous peoples interrelated with the Boolean operator AND. Complete, accessible articles were included in the study, as well as theses, monographs, dissertations, in Portuguese and with titles related to the research proposal, published between 2012 and 2022. Restricted access or duplicate works were excluded. Lack of nutritious food, lack of access to health care, increasing interaction with non-indigenous influences and changes in traditional eating patterns as a trigger for malnutrition in indigenous children, and these factors result in nutritional problems, parasitic diseases, anemia, diarrhea, infectious diseases, among other comorbidities. Therefore, it is necessary to adopt measures to prevent environmental deforestation and invest in public policies with the participation of health professionals, in order to prevent the migration of people to urban areas and reduce the number of malnourished children.

Keywords: Children; Indigenous peoples; Nutritional status; Malnutrition.

Resumo

Este estudo objetivou descrever a partir da literatura científica, os principais fatores que contribuem para a desnutrição das crianças indígenas. Trata-se de uma revisão de literatura narrativa, realizada nas bases de dados Google Acadêmico e Biblioteca Virtual em Saúde. Foram aplicados como estratégia de busca os descritores: desnutrição; estado nutricional; crianças; povos indígenas inter-relacionados com o operador booleano AND. Foram incluídos no estudo artigos completos, acessíveis, como também teses, monografia, dissertação, em português e com títulos relacionados com a proposta da pesquisa, publicados entre 2012 e 2022. Sendo excluídos os trabalhos de acesso restrito ou duplicados. Os resultados apontam a carência de alimentos nutritivos, a falta de acesso a cuidados de saúde, a interação crescente com influências não indígenas e as mudanças nos padrões alimentares tradicionais como desencadeante da desnutrição das crianças indígenas, e esses fatores trazem como consequência os problemas nutricionais, doenças parasitárias, anemia, diarreia, doenças infecciosas, entre outras comorbidades. Desse modo, faz-se necessário adotar medidas para evitar o desmatamento ambiental e investir em políticas públicas com participação de profissionais de saúde, a fim de evitar a migração dos povos, para as áreas urbanas e reduzir o número de crianças desnutridas.

Palavras-chave: Crianças; Povos indígenas; Estado nutricional; Desnutrição.

Introdução

A desnutrição é um estado anormal que provém da deficiência de nutrientes fundamentais, que pode acometer o ser humano, sendo classificado de caráter primário, estabelecida, quando o indivíduo não tem uma alimentação adequada, com o teor de nutrientes essenciais para o corpo, ou até mesmo quando ingere uma quantidade insuficiente para suprir as necessidades nutricionais que o organismo necessita. Podendo ser classificada também, de competência secundária, a qual, ocorre quando a ingestão de alimentos não é satisfatória, por que as necessidades energéticas do corpo aumentam naturalmente, ou porque há uma dificuldade de absorção dos nutrientes relacionados há fatores extrínsecos¹.

Visto isso, as principais taxas de mortalidade infantil, correspondem ao estado nutricional, e frequentemente também a desnutrição materna. Sendo assim, o Ministério da Saúde do Brasil, reconhece que a desnutrição infantil pode iniciar ainda na vida intrauterina, em que a criança ainda apresenta desenvolvimento fetal, ou surge após o nascimento, em decorrência da suspensão do aleitamento materno, e a ingestão de alimentos inadequados em seus dois primeiros anos de vida, por não possuir mantimentos saudáveis e apropriados, o que pode impactar na morte².

Sendo assim, a desnutrição é uma doença de natureza clínico-social, que manifesta e oferece riscos sérios e preocupantes, apresenta um quadro grave, e atinge os órgãos da criança podendo levar a óbito caso não seja diagnosticada e encaminhada aos cuidados necessários. A deficiência do crescimento é um dos principais sintomas que a criança apresenta em primeira instância, sendo o tipo de desnutrição que mais prevalece nas áreas de baixas condições socioeconômicas, com isso, o atraso no crescimento

infantil, é reconhecido como o melhor indicador de vulnerabilidade econômica, apresentando carência de recursos em saúde para a população indígena³.

Diante desse contexto, segundo o Sistema Único de Saúde (SUS) foi registrado no Censo (2017) 1.312.663 óbitos por residência, sendo 36.223 menores de um ano e desses 626 foram crianças indígenas. Além disso, evidenciou que os óbitos de crianças menores de um ano foram 60% mais frequentes entre indígenas, esses dados podem ser justificados pela desnutrição enfrentada por essas crianças².

Sendo assim, a desnutrição pode ser configurada com um estado carencial que associado a outras comorbidades, como as doenças infecciosas aumentam os riscos de morte da criança, diante disso, uma das principais patologias associadas são as diarreias. Essa junção de complicações, é a causa dos principais agravos a saúde infantil, levando a hospitalização e conseqüentemente ao óbito. Assim essa população apresenta um ciclo de doenças destacadas como infecção-desnutrição⁴.

Além disso, a população indígena apresenta a defesa do sistema imunológico reduzido, devido às condições de vida, o que acomete as crianças indígenas mais vulneráveis, ao aparecimento de doenças. Além disso, há uma desigualdade do acesso aos serviços de saúde entre pessoas indígenas e as não indígenas, o saneamento básico nas aldeias é precário e as comunidades possuem uma crise e carência social, o que prevalece a desnutrição além de outras comorbidades⁵.

Os processos de destruições, transformações ambientais e socioeconômicas, contribuem para o alto índice de vulnerabilidade dos povos indígenas do Brasil, e assim, favorece as dificuldades de competência nutricional para a sobrevivência. Diante as mudanças impostas pela economia capitalista, atualmente o país permanece em uma transição nutricional constituída pela má alimentação com o crescimento acelerado do consumo em alimentos ultraprocessados ricos em açúcar, sódio, conservantes e gorduras¹.

Diante disso, o impacto da população indígena reflete-se com a não adaptação aos hábitos de vida impostos pela sociedade, uma vez que o desmatamento ambiental sendo

criminoso ou não está relacionado diretamente com a fome desse povo. É evidente a redução das práticas agropecuárias, levando a redução de alimentos o que acaba dificultando a sobrevivência indígena em comunidades⁶.

Outrossim, o território é a fonte de vida dos índios e a reserva de sustento desse grupo, apesar disso essas terras estão em extinção impossibilitando a pesca, caça e reduzindo o modo de vida e a cultura desses povos, resultando no aumento da pobreza, fome, desnutrição e mortalidade⁷.

As mudanças do avanço capitalista mundialmente, assim como o desenvolvimento econômico, industrial, ampliação populacional, aumento das desigualdades sociais, desequilíbrio mundial, e instabilidade climáticas participam ativamente do quadro nutricional de crianças, contribuindo para a repetição do avanço de doenças que já permaneciam em controle. Sendo assim, atualmente um dos grandes problemas de saúde pública, é conviver com a múltipla variedade de doenças relacionadas a uma nutrição desequilibrada e ruim, aumentando o déficit de crescimento nos últimos anos².

O povo indígena carece do acesso à terra para assegurar o direito à alimentação adequada entre crianças das aldeias, alimentos naturais ricos em vitaminas e minerais, que garante o acesso das práticas de hábitos culturais naturais da etnia, porém ainda é estabelecido a não garantia dos direitos territoriais. O direito ao alimento requer um valor de quantidade e qualidade nutricional para o melhor suprimento em vitaminas necessárias para o desenvolvimento de uma criança. Dessa forma, compreende-se que o alimento saudável é a necessidade primária do ser humano para viver com saúde, e bem estar⁸.

Sendo assim, a necessidade de realizar o estudo, surgiu da percepção referente a extrema exclusão social e urbana de crianças indígenas as quais estão vulneráveis, expostas a fome e ao abandono. Dessa forma, este estudo possibilita levantar informações sobre a desnutrição entre crianças indígenas e estabelecer os impactos advindos dessa situação, o que motiva melhoras em torno das questões de saúde relacionada à desnutrição, contribuindo no fortalecimento dos serviços de saúde e na estabilização social. Com as necessidades de ajustar os direitos de igualdade, uma luta para uma dignidade em saúde das crianças indígenas.

Para o desenvolvimento do estudo, foi elaborada a seguinte questão de pesquisa: quais os principais fatores que contribuem para a desnutrição das crianças indígenas e as suas consequências?

No intuito de responder à questão foi elaborado o seguinte objetivo: Descrever a partir da literatura científica, os principais fatores que contribuem para a desnutrição das crianças indígenas.

Metodologia

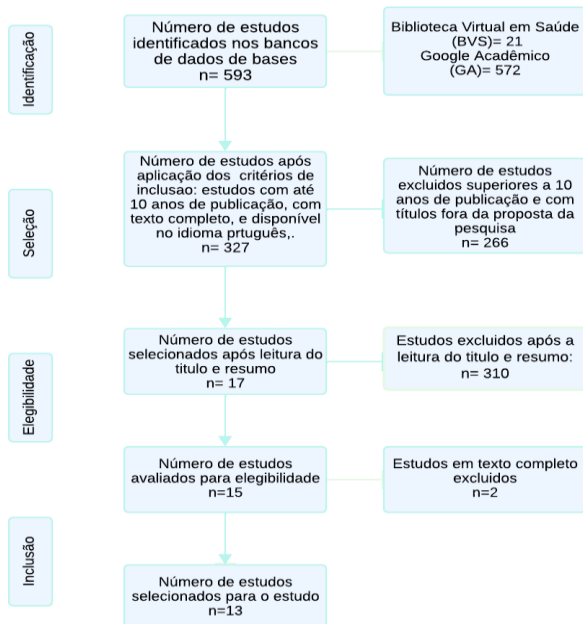
Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa e descritiva. A revisão narrativa é uma pesquisa bibliográfica que possui visibilidade ampla, apropriada para descrever e analisar uma determinada temática, sob ponto de vista teórico e contextual¹⁴.

Para o desenvolvimento do estudo, foi utilizando a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), e Google acadêmico, através da busca avançada realizada ao mês de março de 2022, aplicado como estratégia de busca os descritores estabelecidos no Descritores em Ciências da Saúde (DECS): desnutrição; estado nutricional; crianças; povos indígenas inter-relacionados com o operador booleano *AND*.

Foram incluídos no estudo artigos completos, acessíveis, como também teses, monografia, dissertação, em português e com títulos relacionados com a proposta da pesquisa, publicados entre 2012 e 2022. Sendo excluídos os

trabalhos de acesso restrito ou duplicados. Assim, foram selecionados 13 artigos os quais estão ilustrados na figura 1.

Figura 1- Fluxograma da elegibilidade dos artigos.



Resultados

Na busca realizada na BVS, identificamos 21 artigos, após aplicar os filtros 17 foram excluídos sendo selecionados 04. No Google acadêmico identificamos (572) resultados, após a aplicação de filtros, excluímos 563, sendo selecionados apenas 09.

TÍTULO DO ARTIGO	AUTOR/A NO	OBJETIVO	RESULTADOS
------------------	------------	----------	------------

A1- Comparação do Estado Nutricional de Crianças indígenas e não indígenas brasileiras: Revisão de literatura	Pereira ECS, Albuquerque RG, Cavalcanti RAS, 2020.	Avaliar de forma crítica e sistematizada os artigos que abordam o estado nutricional de crianças indígenas no Brasil.	O estudo indica que o índice de prevalência da desnutrição infantil entre indígenas é maior do que entre crianças brasileiras não indígenas da mesma idade.
A2- Indicadores de Saúde de crianças indígenas do estado do Pará	Corrêa PKV, 2021.	O objetivo do presente estudo, dispõe em analisar os indicadores de saúde das crianças indígenas.	Identificou-se que dentre as causas de mortalidade, destacam-se: as afecções perinatais, as doenças do aparelho respiratório, doenças infecciosas e parasitárias, além de outras causas como carência nutricional.
A3- Vigilância Epidemiológica da desnutrição infantil na região norte brasileira de 2008 a 2017	Corrêa EM, 2020.	Investigar a epidemiologia da desnutrição crônica em menores de cinco anos residentes da região Norte Brasileira.	O estudo aponta altas taxas de desnutrição, principalmente entre crianças indígenas do sexo masculino e maiores de dois anos.
A4- Estado nutricional de crianças indígenas Guarani nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, Brasil.	Barreto CTG, Cardoso AM, Júnior CEAC, 2014.	O objetivo deste estudo, é descrever e comparar os resultados de um inquérito	Este estudo destaca elevadas prevalências de desnutrição crônica e anemia na criança

		nutricional de crianças Guarani.	Guarani, e põe em evidência as graves desigualdades.
A5- Insegurança alimentar e as doenças crônicas não transmissíveis na população indígena	Santos FJ, 2021	Tem-se como objetivo analisar o contexto que envolve o surgimento das doenças crônicas não transmissíveis.	A revisão demonstra que devido a redução do plantio, pesca e caça da população indígena, a população indígena, a população recorre ao consumo de alimentos que não são saudáveis o que traz novos hábitos alimentares.
A6- Mudanças de hábitos alimentares relacionadas a fatores socioeconômicos, culturais e ambientais na comunidade IKPENG do XINGU.	Cerqueira DS, 2019.	O estudo, destaca o objetivo em realizar atividades de promoção de saúde e ações educativas sobre mudanças do estilo de vida.	Essa pesquisa, é um projeto de intervenção que busca intensificar a percepção de riscos e ações preventivas em relação as mudanças de hábitos alimentares.
A7- Prevalência de baixo peso ao nascer e fatores associados em crianças indígenas guarani no sul e sudeste: uma análise na linha de base da primeira coorte de nascimentos indígenas no Brasil.	Barreto CTG, 2018.	Assim, é compreendido em Descrever os principais fatores de risco para o BPN na população indígena a partir de revisão da literatura.	A pesquisa confirma a redução no desenvolvimento fetal, e baixo peso ao nascer em crianças indígenas, relacionado aos fatores associados, como as a condições obstétricas desfavoráveis na comunidade indígena.

A8- Indispensabilidade da terra para a efetivação do direito humano ao Alimento dos povos indígenas – 2021.	Starck G, Bresolin k, 2021.	O estudo pretende - se analisar, brevemente e e primeiramente, a extensão do direito ao alimento, e a terra para os Povos indígenas.	Destaca com evidências a escassez das demarcações territoriais, assim, ressalta a insegurança da população indígena e a dificuldade na produção do alimento para a sobrevivência.
A9- A criança indígena e as causas de mortalidade: revisão Integrativa.	Santos EDS, Arcanjo NG, Souza ACSS, Laghi ACB, Soares LS, Costa NCCS, et al., 2017	Analisar as produções científicas sobre as causas de mortalidade e entre as crianças indígenas brasileiras.	A revisão Integrativa, relata evidências científicas sobre as causas de mortalidade indígena infantil.
A10- Perfil epidemiológico dos indígenas internados em um hospital universitário.	Hattori TY, 2014	Caracterizar o perfil epidemiológico dos indígenas internados em um hospital universitário.	A maioria dos indígenas internados (92,2%) vive aldeada, situação semelhante à encontrada no censo do IBGE.
A11- Mortalidade infantil indígena: evidências sobre o tema.	Corrêa PKV, Lobato RV, Santos FV, Ferreira AMR, Rodrigues ILA, Nogueira LMV, et al. 2020.	Analisar evidências científicas disponíveis na literatura, sobre a mortalidade e infantil indígena.	Indicam a necessidade de políticas públicas em saúde, mais efetivas para o enfrentamento da mortalidade infantil indígena.

A12- Magnitude da Desnutrição Infantil na Região Norte Brasileira: uma Revisão de Escopo.	Ester Mourão E, Vessoni AT, Jaime PC Canoas, 2020.	Descrever a magnitude do déficit de crescimento em menores de cinco anos nos Estados da Região Norte, no período de 2008 a 2017.	A prevalência do déficit de crescimento na infância apresentou-se em grande magnitude, tendo como principais fatores, estado de residência, idade tardia e ascendência indígena.
A13- Desigualdade de raça/cor e estado nutricional de crianças beneficiárias do programa bolsa família no Maranhão e Brasil	Dutra MKM, Silveira VNC, Viola PCAF, Zaidan FS, Carvalho CA, 2021.	Analisar o estado nutricional de acordo com raça/cor e região geográfica entre crianças maranhenses e brasileiras beneficiárias do PBF.	Demonstra a prevalência de desnutrição, assim, a raça/cor indígena apresentou as maiores prevalências de desnutrição em todas as regiões avaliadas e as menores prevalências de excesso de peso, exceto na Região Sul.

Com relação ao título dos artigos, todos possuíam pelo menos alguma das palavras chaves selecionadas, encontrando-se: crianças; povos indígenas e desnutrição. Quanto aos objetivos indicados pelos autores, analisando de modo geral conforme o quadro 1, dos 13 artigos encontrados, 10 se tratavam de “uma análise do quadro nutricional de crianças indígenas. Referente às abordagens, observou-se que os métodos mais utilizados para as pesquisas, eram do tipo quantitativo (12), qualitativa/quantitativa (01).

PERÍODICO/ANO	LOCAL
A1- Revista Saúde - UNG - SER - 2020	Guarulhos
A2- Universidade do Estado do Pará - 2021	Belém
A3- Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP - 2020	São Paulo
A4- Cadernos de Saúde Pública - 2014	Rio de Janeiro
A5- Repositório Universitário da Ânima (RUNA) - 2021	Paripiranga
A6- Acervo de Recursos Educacionais em Saúde (ARES) - 2019	São Paulo
A7- Escola Nacional de Saúde Pública - 2018	Rio de Janeiro
A8- Revista Do Direito Público - 2021	Londrina
A9- Revista Scientia Amazonia - 2018	Manaus
A10- Universidade Federal da Grande Dourados - 2014	Dourados
A11- Revista Cogitare Enfermagem - 2020	Curitiba
A12- Revista Saúde e Desenvolvimento Humano - 2020	Canoas
A13- Demetra Alimentação Nutrição, & Saúde - 2021	Rio de Janeiro

Dos artigos analisados, a região Brasileira, de procedência das publicações com maior destaque foi Sudeste (5), seguida pela região Sul (3), Nordeste (2) e Norte (2), Centro-Oeste (1).

Em relação aos artigos completos publicados em revista, foram analisados 07 artigos, sendo distribuídos em: 01 revisão de literatura, a qual visa disponibilizar a partir das leituras realizadas, uma síntese das evidências relacionadas à comparação do estado nutricional de crianças indígenas e não indígenas brasileiras, por meio da busca, análise e integração da informação. 01 revisão bibliográfica e jurisprudencial, que aborda o direito ao alimento dos povos indígenas. Partindo-se da previsão contida na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), publicada em 2021.

02 revisões integrativas, o primeiro artigo analisa criticamente os estudos com a leitura atenta e criteriosa destacando aqueles que atenderam a temática do estudo, e contemplam ao objetivo proposto com intuito de organizar e sistematizar os dados de forma clara, possibilitando melhor visibilidade aos resultados, publicados em 2018.

O segundo estudo explorado, retrata acerca da mortalidade infantil indígena, operacionalizada a partir das seguintes etapas: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; categorização dos estudos selecionados; definição das informações a serem extraídas dos artigos selecionados; análise com o *software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRAMUTEQ)*, publicado em 2020.

Seguindo as escolhas, foi possível também, utilizar 01 revisão de escopo, em virtude de seu caráter de revisão sistemática exploratória em mapear publicações científicas e técnicas relevantes, em determinada área sobre déficit de crescimento em menores de cinco anos na Região Norte, publicado em 2020.

Foi encontrado, 01 Estudo descritivo do tipo ecológico, que utiliza dados secundários de crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), menores de cinco anos acompanhadas pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), atendidas na Atenção Primária à Saúde do SUS, no ano de 2017, em todo território brasileiro, com publicação em 2021.

Além de escolher também, 01 artigo do tipo transversal, o estudo reporta os resultados de inquérito nutricional de crianças indígenas Guarani < 5 anos de idade nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, Brasil. O levantamento dos dados ocorreu de

novembro de 2008 a março de 2009. O censo das aldeias foi obtido no Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI) foram calculados os índices antropométricos estatura para idade (E/I), peso para idade (P/I) e peso para estatura (P/E), baseando-se na população referência da OMS. Publicado em 2014.

Dentre os estudos selecionados, 02 trabalhos analisados foram teses de doutorado, sendo que o primeiro utiliza duas estratégias metodológicas, como revisão sistemática de escopo sobre o déficit de crescimento infantil na Região Norte e fatores associados e dois estudos ecológicos com análise de série temporal da cobertura do índice altura por idade e da prevalência da desnutrição infantil (altura por idade), sendo dados do SISVAN, no período de 2008 a 2017³. E a segunda tese refere-se a uma revisão sistemática a partir da literatura científica, pesquisa de cunho transversal, sendo realizada uma revisão sistemática a partir da literatura científica sobre os fatores associados ao Baixo Peso ao Nascer (BPN) em povos indígenas no mundo. A coleta de dados desse estudo ocorreu no mês de abril de 2018⁷.

Foi incluso para a elaboração do estudo 02 Monografias e 02 dissertações. A primeira monografia apresenta-se como uma revisão integrativa da literatura, definida como a mais ampla abordagem metodológica relacionada às revisões para uma compreensão completa do fenômeno analisado⁵. A segunda é uma pesquisa bibliográfica descritiva, a qual busca intervenções para intensificar a percepção de riscos e ações preventivas em relação às mudanças de hábitos alimentares relacionados aos fatores socioeconômicos, culturais e ambientais que em longo prazo contribuem para o surgimento das doenças crônicas não transmissíveis⁶.

Já a dissertação, é um estudo epidemiológico com abordagem quantitativa. O estudo foi desenvolvido no estado do Pará. A pesquisa foi realizada com dados de morbidade e mortalidade em crianças indígenas, notificados ao Sistema de Informação da Atenção Indígena (SIASI) no período de 2013 a 2018². E a próxima dissertação, refere-se a um estudo epidemiológico, transversal do tipo descritivo, retrospectivo. O

qual utilizou-se dados dos prontuários médicos dos indígenas internados no ano de 2008 a 2010. A análise estatística foi realizada pelo programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 22.0¹⁰.

Discussão

O direito ao alimento é conceituado como um direito universal básico, direito de toda a população, e a partir disso, é possível conquistar um conjunto de necessidades que uma população precisa para alcançar a dignidade humana. Refere-se a uma agregação de direitos fundamentais para a melhoria da vida em saúde. Com isso, a relevância para a aquisição de todos os direitos. Porém são fatores que não alcançam toda a sociedade⁸.

Conforme os estudos demonstram, a desnutrição infantil vem sendo o maior motivo de mortalidade, relacionada com o desequilíbrio na alimentação da população indígena, acompanhada das desigualdades sociais, dificultando o acesso para adquirir um sistema de saúde adequado e um acompanhamento nutricional. O abandono da população frente aos problemas de saúde, sociais e econômicas, contribui para a expansão das dificuldades dessa etnia, refletindo nas crianças por serem mais vulneráveis⁹.

Aliado a isso, as alterações alimentares das comunidades indígenas, decorre das limitações territoriais, impondo a sociedade indígena ao consumo de alimentos ultraprocessados, o que diminui o acesso a alimentos ricos em vitaminas, contribuindo para o desequilíbrio nutricional, sendo as crianças as mais atingidas. A deficiência de alimentos ricos em vitaminas e minerais podem ocasionar diarreia e graves problemas respiratórios, até mesmo decretar a morte².

Estudos comprovam, e demonstram que crianças indígenas são hospitalizadas com maior continuidade, apresentando diferentes causas de

reinternação, como: (doenças infecciosas e parasitárias, desnutrição e infecção respiratória), sendo assim, crianças menores de cinco anos, é o grupo que demonstra elevadas taxas de internações, sendo (74,3%). Logo, os principais motivos baseiam-se a mesma frequência das morbidades hospitalares, sendo as principais comorbidades: doenças respiratórias (82%), as doenças parasitárias (85,2%) e as doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas (100,0%)¹⁰.

O aporte cultural indígena é uma característica que contribui para o aumento das taxas de mortalidade, principalmente relacionada às questões sociais desse grupo populacional. Como há uma carência no sistema de saúde, acredita-se que as taxas de mortalidade são maiores do que o divulgado, o que pode comprometer no combate do quadro epidemiológico, muitas mortes acontecem pela falta de assistência, sendo uma das causas de morte a desnutrição proteico-calórica grave, entre outras doenças não definidas e não especificadas, sendo assim, demonstra as condições das crianças indígenas¹¹.

Estudos realizados no Brasil, demonstram que as crianças indígenas podem sofrer com desnutrição e anemia durante a fase de crescimento, além de aumentar o índice de doenças infecciosas e parasitárias, o que ocasiona um rápido processo de declínio nutricional levando a outras comorbidades, tendo maior chance de morrer em seu primeiro ano de vida².

As desigualdades sociais favorecem os altos índices de adoecimento e mortalidade indígena, o que está bem destacado nas populações indígenas, independente do país em que esses povos estão localizados, fato que estabelece uma necessidade maior dos estudos sobre esses povos, principalmente sobre as causas de mortalidade infantil. Existe uma taxa de mortalidade mais elevadas entre crianças indígenas quando comparadas às não indígenas. Isso traz preocupações institucionais quanto à necessidade de políticas públicas mais eficientes, capazes de transformar a realidade de saúde nas aldeias¹¹.

Mencionar a respeito da alimentação e estado nutricional de crianças em comunidades indígenas, requer pensar sobre a pobreza, fome, desnutrição e abandono. Reflete-

se na vulnerabilidade e nas condições socioeconômicas que inibem a possibilidade em adquirir meios básicos para a sobrevivência, isso compreende na ausência de alimentos saudáveis em quantidades satisfatórias, contribuindo para o baixo peso e conseqüentemente elevando o quadro de desnutrição profunda⁸.

Sabe-se que para a evolução do desenvolvimento de uma criança é necessário uma nutrição equilibrada, por outro lado, a desnutrição, em crianças, afeta o seu bem-estar físico e mental, o que acomete na conservação da pobreza e das desigualdades sociais, inclusive em uma grande proporção nas crianças de comunidades indígenas, possibilitando o agravamento de várias doenças¹².

Diante disso, situações precárias de saneamento e moradia, associadas à baixa assistência dos serviços de saúde, intensificam o quadro de desnutrição das crianças indígenas, devido à restrição do cuidado e acompanhamento. A desnutrição se faz presente, principalmente em crianças menores de cinco anos, e a redução estrutural acompanha a maioria das ocorrências. A anemia por deficiência de ferro é uma das principais doenças que afetam a saúde das crianças indígenas, possuem prevalências que chegam a 70-90%¹⁰.

Estudos comprovam notáveis desigualdades segundo cor ou raça, e em conclusão foi evidenciada uma diferença de mortalidade infantil entre crianças indígenas e não indígenas, sendo que os povos indígenas demonstraram maior instabilidade, tais como: carência nutricional, maior taxa de incidência por doenças, e elevadas taxas de mortalidade².

Diante as informações do Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas no Brasil, e outros estudos, em escala nacional a importância do conhecimento das taxas de prevalência da desnutrição da criança indígena no país, uma vez, que

está estabelecido um crescimento da desnutrição em etnias específicas, acarretando em outros agravamentos como desnutrição crônica e anemia, elevando o grau de intensidade das comorbidades para a população infantil brasileira⁴.

Diante disso, a desnutrição pode causar danos definitivos que atinge todo o sistema funcional de uma criança. O baixo peso afeta o desenvolvimento cerebral, o que altera o seu desenvolvimento escolar, atrapalhando o desenvolvimento físico e cognitivo de uma criança, essas sequelas podem permanecer até a vida adulta o que coloca o futuro da vida de uma criança em risco². Existe também a associação a outras patologias, assim como aos índices de anemia em crianças indígenas que vivem em condições precária, desse modo, apresentam deficiência de peso, estatura, e problemas intestinais, devido a carência de nutrientes e vitaminas que são essenciais para o bom desenvolvimento infantil⁵.

É importante destacar que dentro dos grupos étnicos mais vulneráveis, estão às crianças indígenas menores de cinco anos de idade, que podem ser impactadas com mais intensidade diante dos efeitos nocivos de vulnerabilidade social, acarretando também na dificuldade de acesso aos serviços, especialmente de saúde devido às condições de instabilidade socioeconômica. Apesar da pouca idade, essas crianças passam por intercorrências. A sensibilidade e o estado nutricional apresentam maior incidência em relação a outros grupos étnicos¹³.

Destarte, o perfil de morbimortalidade, em crianças indígenas, apresenta um indicador extenso, e principalmente em crianças menores de um ano de idade, os quais necessitam de uma assistência mais eficaz de atenção primária nas aldeias, com o a inserção de vacinação, auxiliando na proteção, e no acompanhamento do estado nutricional das crianças, com programas de suplementação de ferro, possibilitando o acesso principalmente ao aleitamento materno e uma atenção integrada às doenças que são prevalentes na infância, entretanto, muitos são os desafios da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SASISUS) pois, as dificuldades para a melhoria do sistema de saúde ainda prevalece².

Desse modo, as graves situações da fome, mostram que a garantia dos direitos humanos necessita de modificações. O cenário dos povos indígenas precisa de uma posição de políticas públicas para a efetivação das demarcações das terras e de outros direitos sociais dos povos indígenas. Inicialmente, a fome é vista apenas como falta de alimento, sobretudo nos países que apresentam maior taxa de vulnerabilidade econômica. No entanto, a carência alimentar está vinculada a patologias graves e desnutrição, o que reivindica maior atenção assistencial⁸.

Conclusão

Diante do exposto, o estudo destaca os graves índices de desnutrição evidenciada na população indígena infantil. Com isso, podemos afirmar que a desnutrição severa, acompanhada da ausência de assistência em saúde, pode desencadear outras patologias mais graves, o que pode levar a morte da criança.

O estudo evidencia a exclusão social da população indígena seguindo da prevalência de altos índices de desnutrição infantil, estabelecida pela carência do alimento, que é refletida com base nas destruições ambientais e territoriais. Com as demandas da não efetivação das demarcações territoriais indígenas, é possível afirmar a dificuldade da população na realização do cultivo, o que estabelece uma escassez na produção do seu próprio alimento, favorecendo o avanço da fome, desnutrição e menor qualidade de vida.

A ausência da terra possibilita a evasão da população para os grandes centros urbanos, os quais não conseguem se adaptar com as mudanças alimentares, e permanecem com dificuldade para se

integrar na sociedade. No entanto, pela necessidade da alimentação, recorrem ao consumo de alimentos ultra processados, evidenciando um desequilíbrio nutricional, e na saúde da população, visando também ao surgimento de doenças crônicas não transmissíveis.

A redução de peso e o surgimento de anemia na criança indígena, reflete na necessidade de implementar ações a respeito da importância em ofertar o aleitamento materno exclusivo para a criança durante os primeiros seis meses de vida.

Uma série de problemas contribui para o adoecimento e mortalidade infantil, nas comunidades indígenas, assim como as irregularidades de Saneamento básico nas aldeias, favorecendo o aumento das doenças parasitárias, infecciosas e bacterianas. Sendo assim, há necessidade de melhorias nas políticas públicas em saúde, para uma assistência efetiva aos serviços essenciais, com finalidade em reduzir os índices de desnutrição dessa população.

Referências

1. Pereira ECS, Albuquerque RG, Cavalcanti RAS. Comparação do Estado Nutricional de Crianças indígenas brasileiras: Revisão de literatura. *Revista Saúde*. set.14, (3):55-61, 2021.
2. Corrêa PKV. Indicadores do Estado de Saúde de crianças indígenas do estado do Pará. Belém. Dissertação [Mestrado em Enfermagem] - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Universidade do Estado do Pará, 2021.
3. Corrêa EM. Vigilância Epidemiológica da desnutrição infantil na região Norte brasileira de 2008 a 2017. São Paulo. Tese [Doutorado em ciências, Nutrição em saúde pública] – Faculdade de saúde pública, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6138/td-29092020-231129/pt-br.php>
4. Barreto CT, Cardoso AM, Coimbra CE Jr. Estado nutricional de crianças indígenas Guarani nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, Brasil [Nutritional status of Guarani indigenous children in the States of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil]. *Cad Saude Publica*. 2014 Mar;30(3):657-62.

5. Santos FJ. Insegurança Alimentar e as Doenças Crônicas não Transmissíveis na População Indígena, Paripiranga. Monografia [Bacharelado em Nutrição] - Centro universitário Centro Universitário uni ages; 2021.
6. Cerqueira DS. Mudanças de hábitos alimentares relacionadas a fatores socioeconômicos, culturais e ambientais na comunidade ikpeng do xingu, São Paulo. Monografia [Especialização em Saúde Indígena] - Universidade Federal de São Paulo, 2019.
7. Barreto CTG, Prevalência de baixo peso ao nascer e fatores associados em crianças indígenas guarani no sul e sudeste, uma análise na linha de base da primeira coorte de nascimentos indígenas no brasil. Rio de Janeiro. Tese [Doutorado em Ciências, Pós-graduação em Epidemiologia em Saúde Pública] - Fundação Oswaldo Cruz, 2018. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/30883>.
8. Starck G, Bresolin k. A indispensabilidade da terra para a efetivação do direito humano ao alimento dos povos indígenas. Revista do Direito Público, Londrina. (3):123-143, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/dir-eitopub/article/view/38442>.
9. Santos EDS, Arcanjo NG, Souza ACSS, Laghi ACB, Soares LS, Costa NCCS, et al. A criança indígena e as causas de mortalidade: Revisão integrativa. Scientia Amazonia, Manaus.7(1): 28-36, 2018.
10. Hattory TY, Perfil epidemiológico de indígenas internados em um hospital universitário. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS. 01-108, 2014.
11. Corrêa PKV, Lobato RV, Santos FV, Ferreira AMR, Rodrigues ILA, Nogueira LMV, et al. Mortalidade infantil indígena, evidências sobre o tema. Revista Cogitare Enfermagem, Curitiba. 25:1-10,2020.
12. Ester Mourão E, Vessoni AT, Jaime PC Canoas. Magnitude da Desnutrição Infantil na Região Norte Brasileira: uma Revisão de Escopo. Revista Saúde e Desenvolvimento Humano, Canoas. 8(1): 107-129, 2020.
13. Dutra MKM, Silveira VNC, Viola PCAF, Zaidan FS, Carvalho CA. Desigualdade de raça/cor e estado nutricional de crianças beneficiárias do programa bolsa família no Maranhão e Brasil. Revista Demetra Alimentação e Saúde, Maranhão. 16:1-14,2021.
14. Sartório AG, Sistema de vigilância alimentar e nutricional: uma revisão narrativa sobre a utilização do sistema em municípios brasileiros. [Pós-graduação em Gestão de Organização Públicas em Saúde] - Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

Michelle Kristine Bispo dos Santos Lôbo

Rua A, loteamento felicidade, nº 82, Jequezinho

Jequié-(BA)

E-mail: lmichellekristine76@gmail.com

Recebido em 05/05/2024

Aprovado em 30/10/2024

Publicado em 18/12/2024